

**LEI MUNICIPAL 1.124/2019 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.**

**Institui o Programa Regularização Tributária (PRT) na Secretaria de Finanças do Município de Simplício Mendes e dá outras providências.**

**Dr. Heli de Araújo Moura Fé**, Prefeito Municipal de Simplício Mendes, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece o art. 66, inciso III da Lei Orgânica do Município;

Faço saber que a Câmara Municipal de Simplício Mendes aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído o Programa Regularização Tributária (PRT) na Secretaria de Finanças do Município de Simplício Mendes, nos termos desta Lei.

§ 1º Poderão aderir ao PRT pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, inclusive aquelas que se encontrarem em recuperação judicial e aquelas submetidas ao regime especial de tributação.

§ 2º O PRT abrange os débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até 31 de março de 2019, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação desta Lei, desde que o requerimento seja efetuado no prazo estabelecido no § 3º deste artigo.

§ 3º A adesão ao PRT ocorrerá por meio de requerimento a ser efetuado em até 60 dias contados a partir da publicação da presente lei e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável.

§ 4º A adesão ao PRT implica:

I - a confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável, e por ele indicados para compor o PRT, nos termos dos arts. 389 e 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

II - a aceitação plena e irretratável pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável, das condições estabelecidas nesta Lei;

III - o dever de pagar regularmente as parcelas dos débitos consolidados no PRT e dos débitos vencidos após a data de adesão a este programa, inscritos ou não em dívida ativa do Município;

IV - a vedação da inclusão dos débitos que compõem o PRT em qualquer outra forma de parcelamento posterior.

§ 5º Fica resguardado o direito do contribuinte à quitação, nas mesmas condições de sua adesão original, dos débitos apontados para o parcelamento, em

*Heli*

caso de atraso na consolidação dos débitos indicados pelo contribuinte ou não disponibilização de débitos no sistema para inclusão no programa.

## CAPÍTULO II

### DO PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 2º No âmbito da Secretaria de Finanças do Município de Simplício Mendes, o sujeito passivo que aderir ao PRT poderá liquidar os débitos de que trata o art. 1º desta Lei mediante a opção por uma das seguintes modalidades previstas no ANEXO ÚNICO, a esta lei, parte integrante da mesma.

Art. 3º O valor mínimo de cada prestação mensal dos parcelamentos previstos nos arts. 1º e 2º desta Lei será de:

I - R\$ 100,00 (cem reais), quando o devedor for pessoa física;

II - R\$ 1.000,00 (mil reais), quando o devedor for pessoa jurídica.

Art. 4º Para incluir no PRT débitos que se encontrem em discussão administrativa ou judicial, o sujeito passivo deverá desistir previamente das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais, e protocolar, no caso de ações judiciais, requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos da alínea c do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 1º Somente será considerada a desistência parcial de impugnação e de recurso administrativo interposto ou de ação judicial proposta se o débito objeto de desistência for passível de distinção dos demais débitos discutidos no processo administrativo ou na ação judicial.

§ 2º O pedido de desistência de ações judiciais deverá ser apresentada na Secretaria de Finanças do Município de Simplício Mendes até o último dia do prazo estabelecido para a adesão ao PRT.

§ 3º A desistência e a renúncia de que trata o caput eximem o autor da ação do pagamento dos honorários.

Art. 5º Os depósitos vinculados aos débitos a serem pagos ou parcelados serão automaticamente transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda do Município.

§ 1º Após o procedimento previsto no caput deste artigo, se restarem débitos não liquidados, o débito poderá ser quitado na forma prevista nos arts. 1º ou 2º desta Lei.

§ 2º Depois da conversão em renda ou da transformação em pagamento definitivo, poderá o sujeito passivo requerer certidão de quitação de débitos tributários.

*Heli*

Art. 6º A dívida objeto do parcelamento será consolidada em até 05 (cinco) dias da data do requerimento de adesão ao PRT e será dividida pelo número de prestações indicadas no ANEXO ÚNICO desta lei;

Parágrafo único: O deferimento do pedido de adesão ao PRT fica condicionado ao pagamento do valor à vista ou da primeira prestação, que deverá ocorrer em até 10 dias da data do requerimento.

Art. 7º Observado o direito de defesa do contribuinte, nos termos do Código Tributário Municipal, implicará exclusão do devedor do PRT e a exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago:

- I - a falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou de seis alternadas;
- II - a constatação, pela Secretaria de Finanças do Município de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento do parcelamento;
- III - a decretação de falência ou extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica optante;

§ 1º Na hipótese de exclusão do devedor do PRT, os valores liquidados com os créditos de que trata os arts. 1º ou 2º desta Lei serão restabelecidos em cobrança e:

- I - será efetuada a apuração do valor original do débito, com a incidência dos acréscimos legais, até a data da rescisão; e
- II - serão deduzidas do valor referido no inciso I deste parágrafo as parcelas pagas em espécie, com acréscimos legais até a data da rescisão.

§ 2º As parcelas pagas com até trinta dias de atraso não configurarão inadimplência para os fins dos incisos I e II do caput deste artigo.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Simplicio Mendes, em 19 de agosto de 2019.

  
**Heli de Araújo Moura Fé**  
**Prefeito Municipal**

**ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL 1.124/2019.**

PARCELAS	PERCENTUAL DE DESCONTOS	
	MULTA	JUROS
1 A 4	60%	60%
5 A 10	50%	50%
11 A 20	40%	40%
21 A 24	30%	30%

Simplício Mendes, em 19 de agosto de 2019.

*Heli de Araújo Moura Fé*  
**Heli de Araújo Moura Fé**  
**Prefeito Municipal**